



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2023

Carta FNP nº 006/2023

À

Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS

Sr. Jean Paul Prates

Presidente da Petrobrás

Primeiramente, a Federação Nacional dos Petroleiros – FNP, parabeniza pela nomeação para administrar a maior empresa do país, uma das maiores empresas do mundo e deseja sorte nesta grande responsabilidade com o Brasil.

Neste diapasão, disponibilizamos o quadro técnico, jurídico e político da Federação para ajudar no detalhamento das demandas, pois a categoria petroleira guarda uma grande esperança de reconstrução da Petrobrás e políticas de valorização de quem produz sua riqueza.

A Federação Nacional dos Petroleiros e seus Sindicatos estiveram com os trabalhadores e trabalhadoras do país na luta para impedir a continuidade do governo anterior, defender a Petrobrás e as empresas estatais. No entanto, reafirmamos nossa independência com relação aos governos e aos patrões, e sabemos que as mudanças necessárias passam pela mobilização da classe trabalhadora.

Apostando em um novo momento de diálogo das entidades sindicais aqui representadas com a gestão da companhia, no intuito de alcançarmos conquistas significativas para o povo brasileiro e para os trabalhadores do Sistema Petrobrás, ativos e aposentados, próprios e terceirizados, sintetizamos abaixo os pontos chaves apresentados na reunião de 27/01/2023.

PROPOSTAS:

1. CESSAR A VENDA DE ATIVOS

1.1 – Compromissos: Imediata interrupção da venda de ativos – Campos maduros, PBI0, TBG, entre outros. Revogação dos processos de vendas em curso (independente da etapa em esteja, se em vias de *signing* ou *closing*) e arrendamentos.

1.2 – Retomada das refinarias e campos – conforme dossiê jurídico anexo – a partir da ação conjunta da AGU e jurídico Petrobrás. Questionar, inclusive, não só as ilegalidades gritantes, mas as que se valeram de alterações instrumentalizadas da legislação.

2. MUDANÇAS NA POLÍTICA DE PREÇOS, POLÍTICAS SOCIAIS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

2.1 – Compromissos: Fim do PPI, desvinculação dos preços internacionais, preços baseados no custo de produção interna e a retomada do abastecimento estatal com a reversão das vendas das subsidiárias e refinarias! Fazer uma auditoria Interna para apurar as vendas irregulares e a preço vil para processar



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

por improbidade administrativa os gestores cometeram irregularidades! Sem anistia para os entreguistas!

2.2 Criação imediata da Diretoria Executiva de Renováveis para colocar a Petrobrás na vanguarda do debate sobre transição energética com a participação dos trabalhadores e da sociedade! Queremos uma transição energética justa!

3. VOLTA DOS INVESTIMENTOS

3.1 – Compromissos: Construção de plataformas próprias no Brasil com a operação própria.

3.2 – Compromisso: Conclusão do COMPERJ, Premium I e II, RNEST, retomada das FAFENs Bahia e Sergipe, das usinas de biocombustíveis etc.

3.3 – Compromisso: Modernização e ampliação das refinarias.

4. DEMOCRACIA NA PETROBRÁS, REESTRUTURAÇÃO RH E LIBERDADE SINDICAL

4.1 – Compromissos: Liberação de acesso de dirigentes sindicais (ativa e aposentados) a todas as unidades do Sistema Petrobrás, liberados ou não já a partir de segunda-feira, 30/01;

4.2 – Compromisso: Reunião com o próximo gerente de RH da empresa para tratar das demandas da área.

5. Petros/AMS

5.1 - Compromisso PETROS: Estudo para redução do equacionamento através de acordos judiciais e facilitação para eleição de diretores por parte dos trabalhadores para a Petros, conforme acordo AOR de 2001.

5.2 - Compromisso AMS: Retorno à gestão pela Petrobrás e GT para redução de custo por parte dos trabalhadores e apresentação dos memoriais de cálculo dos custos de AMS.

PROPOSTAS PARA GESTÃO DA PETROBRÁS NO QUE CONCERNE À REESTRUTURAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E VALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E APOSENTADOS/PENSIONISTAS

1. POLÍTICAS DE ISONOMIA

1.1 – Teletrabalho

1.2 – Acordo Regional das Plataformas

1.3 – Terceirização x Concurso Público

2. CONDIÇÕES DE TRABALHO

2.1 – Manutenção da sede do Pré-sal no estado de São Paulo, cidade de Santos.

2.2 – Efetivo X Segurança Operacional – Estudo O&M;

2.3 - Supressão da cláusula de renúncia de direitos nos acordos de tabela de turno da Petrobrás;

2.4 – Política de lotação;

2.5 – Transferências/ Isonomia (APT E APTT);

2.6 – Isonomia na relação Trabalho X Folga nos contratos.

2.7 - Política de garantias de direito nos contratos



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

3. REESTRUTURAÇÃO

- 3.1 – Retomada de investimentos em AL/SE;
- 3.2 – Forma de contratação.

4. POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E SEGURANÇA

- 4.1 – Fim do PCR;
- 4.2 – Remuneração variável - Fim do PPP com pagamento de PLR para todos;
- 4.3 – SMS: Fortalecimento das CIPAS e política contra assédios sexual e moral;
- 4.4 – Acordo de parada de manutenção.

5. POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

- 5.1- Margem equatorial
- 5.2 – Reintegração das Termoelétricas e outros ativos, retomada de investimento na Premium I.

PAUTAS PREMENTES

1. Cancelamento do aumento do preço dos combustíveis;
2. Fim do PPI, desvinculação da cotação internacional, composição a partir dos custos de produção, imposto sobre exportação de óleo cru; não à conta de estabilização às custas do dinheiro público;
3. Não ao pagamento bilionário de dividendos, sim ao choque de investimentos!
4. Imediata interrupção da venda de ativos - Albacora Leste, campos maduros, PBIO, TBG, entre outros. Revogação dos processos de vendas em curso (independente da etapa em esteja, se em vias de signing ou closing) e arrendamentos.
5. Retomada das refinarias e campos - conforme dossiê jurídico anexo - a partir da ação conjunta da AGU e Jurídico Petrobrás. Questionar, inclusive, não só as ilegalidades gritantes, mas as que se valerem da alteração instrumentalizada da legislação.
6. Fim imediato dos movimentos para terceirização das atividades no Sistema Petrobrás, com a abertura de concurso para suprir as vagas necessárias, visando especialmente ao nível médio para recompor o efetivo seguro nas áreas operacionais; Interrupção imediata das terceirizações recém-implantadas ou em preparação, implantadas ao apagar das luzes - ex.RJ - Planta Piloto, Destilação (R4) e divisão da Operação do CENPES, EDISE, COMPERJ (utilidades, casa de força, laboratório), Transpetro etc.
7. Revisão e nova orientação para modelos de contratos, garantindo piso próximo ao ACT da contratante e direitos similares, como plano de saúde, transporte, periculosidade, etc;
8. Reconhecimento do mérito na ação da RMNR e pactuação para o pagamento devido;
9. Fim da APS com retorno da AMS gerida pela Petrobrás;



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

10. Investigação de possíveis ilícitos por parte dos criadores da APS;
11. Transparência na apresentação das contas da AMS;
12. Reinserção dos excluídos da AMS, bem como a negociação dos seus respectivos débitos;
13. Pagamento da dívida com a Petros, consequente suspensão do PED e devido reembolso onde couber, aliviando significativamente o sofrimento atual de milhares de aposentados e ativos
14. Pagamento dos impactos dos custos referentes ao avanço de nível para a Petros;
15. Pactuação coletiva do Teletrabalho conforme proposta de regulamentação já enviada pela FNP, com destaque para flexibilização de dias presenciais sendo contabilizados mensalmente.
16. Teletrabalho integral para trabalhadores PCDs e trabalhadores com dependentes PCD.
17. Para os empregados das áreas desmobilizadas e transferidos para sudeste, enquanto não houver uma solução adequada para o problema em questão, permitir o teletrabalho integral. Na impossibilidade de atendimento pleno da primeira proposta, que seja possível realizar o trabalho presencial em uma unidade da Petrobras mais próxima da antiga unidade ou da residência do empregado; Criação de hubs, espaços de trabalho compartilhado, nos locais onde os escritórios foram fechados.
18. Fim do PPP e da curva forçada; Pactuação da PLR conforme proposta apresentada pela FNP;
19. Fim do PCR, compensação ao PCAC e alteração nas limitações do Mobiliza. Aporte financeiro no PCAC que ficou estagnado com a valorização do PCR (isonomia entre PCR e PCAC em termos de níveis e abono pago - ações judiciais em curso)
20. Isonomia para os trabalhadores embarcados, pactuando acordos regionais idênticos, garantindo o dia do desembarque, auxílio deslocamento e turno da manutenção, além de solução ou compensação para a caótica logística de ônibus e helicópteros para embarque e desembarque do pessoal;
21. Cumprimento do ACT, reconhecimento dos lançamentos e acordo para a reposição das HETTs sequestradas; fim do saldo AF.
22. Aditivo contratual nos acordos de tabelas de 12hrs suprimindo cláusula sobre passivos.
23. Início das negociações para o ACT, tomando por base a pauta anterior.
24. Fim do assédio, exoneração de todos os assediadores e seus superiores omissos; exoneração de toda a cadeia de comando do RH.
25. Desconstrução da gestão bolsonarista, do topo ao piso da gestão da empresa, num primeiro momento no RH, Jurídico e ISC.
26. GT operacional para acordos e reconhecimento do mérito em processos judiciais em curso (ações coletivas em curso e ações individuais históricas, ações contra dirigentes sindicais);
27. GT para revisar medidas de combate à opressão - machismo, racismo, lgbtifobia, capacitismo, etarismo etc. - e violência moral e sexual no trabalho. Urgente ação e transparência para a denúncia de estupro no CENPES .



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

28. Anistia e reparação para os petroleiros perseguidos, demitidos ou punidos por greve e outros motivos, especialmente - Leninha, Wagner, Alessandro, entre outros;
29. Resolução dos casos pendentes de anistiandos e anistiados;
30. Fim das práticas antissindiciais e desbloqueio imediato dos crachás dos dirigentes sindicais, acesso sem restrição.
31. Anistia das multas das greves de negociação de Acordo Coletivo;
32. Retirada da ação contra o Observatório Social da Petrobrás;
33. Retorno dos investimentos em Cultura.

DEZ PONTOS PARA UMA PETROBRÁS PARA OS BRASILEIROS

1. Acabar com o PPI (Preço de Paridade de Importação) para reduzir o valor cobrado para a gasolina, o diesel e o gás de cozinha. O preço dos combustíveis deve ter como referência os custos internos de produção e refino - um dos mais baixos do mundo.
2. Diminuir a margem de lucro da Petrobrás e dos distribuidores privados, que está em 328% no litro de gasolina e 401% no litro do diesel, para garantir preço justo nos combustíveis.
3. Resgatar a Petrobrás como empresa integrada de energia, do poço ao posto, com a anulação dos leilões, concessões e privatizações, passando pela BR Distribuidora, refinarias, subsidiárias e setor petroquímico.
4. Retomar a construção das refinarias de Abreu e Lima (PE), COMPERJ (RJ), Premium I (MA) e Premium II (CE), para garantir a autossuficiência nacional; e recuperar as fábricas de fertilizantes alugadas, vendidas ou hibernadas, para garantir a soberania alimentar do país.
5. Reservar parte do lucro para a transição energética, viabilizando ações de preservação ambiental em todo o país e a construção de uma matriz renovável que proteja o planeta, com investimento em energias alternativas e renováveis, como a eólica, a solar e os biocombustíveis. Utilizar o gás natural como fator de transição da matriz fóssil para uma matriz energética renovável.
6. Retomar o papel da Petrobrás nos Estados onde encerrou atividades, especialmente no Nordeste, região com grandes descobertas na camada do pré-sal.
7. Criação de um imposto de exportação de óleo cru, direcionando os recursos para saúde, educação, transporte e cultura, meio ambiente e desenvolvimento da indústria nacional, com a criação de empresas estatais de construção civil, serviços e tecnologias.
8. Pela retomada de concursos públicos, valorização da força de trabalho e fim da terceirização, incorporando todos os contratados pela Petrobrás. Readmissão dos demitidos políticos reconhecidos pelo movimento.
9. Gestão com transparência, democracia e constante fiscalização pelos trabalhadores e população, a fim de evitar corrupção, nepotismo, apadrinhamentos e demissões injustificadas. Eleição da Diretoria e elaboração do plano estratégico pelos trabalhadores, com controle popular.



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

10. Retomar uma Petrobrás 100% estatal, recomprando suas ações - especialmente negociadas na Bolsa de Nova York - e fechando seu capital. Além disso, restituir o monopólio estatal do Petróleo e Gás.

ANEXO 1 - CONSIDERAÇÕES E DEMANDAS COMPLEMENTARES

PBIO - Petrobrás Biocombustível tem que ser incorporada e retornar ao trilho do futuro

Colocada à venda, em 2020, em processo de privatização com irregularidades, a subsidiária deve ter processo de privatização cessado no novo governo. Mais que isso, é fundamental a incorporação da PBIO e de seus empregados à Petrobrás controladora, inclusive para impossibilitar eventuais futuros intentos privatizantes.

Diante da enorme importância desenhada no setor de Energia mundial para as alternativas energéticas, o tema é sem dúvida um dos que ganha cada vez mais repercussão e projetos de investimentos das economias estatais internacionais, tanto que a Petrobrás manteve publicamente o discurso de investimentos, por exemplo, no biodiesel. Em 2022, a hierarquia privatista chegou a incluir no Plano Estratégico da Petrobrás controladora a construção de uma biorrefinaria dedicada à produção de diesel renovável e festejou a conclusão do primeiro teste de produção de bioquerosene de aviação (bioQAV) com resultados “promissores”.

No Brasil, a PBIO está entre as seis maiores do setor e há o importantíssimo fato de que a adição de biodiesel no diesel é obrigatória. Atualmente, a adição é de 12%, o chamado B12, mas a previsão é de que chegue a 15% ainda em 2023. E tramita no Congresso Nacional um projeto que prevê a adição de 20% de biodiesel ao diesel, o B20, até 2028. São propostas que foram canceladas por Bolsonaro, mas têm sido defendidas pelo Sindipetro-RJ, que vê o aumento do biodiesel no diesel e a PBIO como parte do caminho de transição energética.

A PBIO significa o ápice, em 2008, da implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel no Brasil que começou em 2004. É uma grande produtora de biodiesel e pioneira em transição energética que investiu em pesquisa durante 12 anos para diminuir o percentual de fontes fósseis na matriz energética nacional.

No mesmo ano, 2021, o Ministério das Minas e Energia divulgava que o mercado de biocombustíveis estava “pujante” com crescimento em 2020 a ponto de o Brasil ficar em segundo lugar na produção de biocombustível a partir do milho.

Ao oferecer a PBIO para a venda, Bolsonaro e a hierarquia privatista colocaram no pacote todos os empregados da subsidiária, dispensando expertise e construção de referência no Setor!

Trata-se de um grupo de trabalhadores valorosos, altamente qualificados, aptos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa nesse setor com detenção de conhecimentos em agricultura, negócios envolvendo agricultura, tratamento de óleos vegetais, mercado de óleos e gorduras. Muitos adoeceram desde que a empresa foi colocada à venda por conta das bruscas mudanças que ocorreram e de toda a violência psicológica exercida, na prática, pela hierarquia privatista.



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

O Brasil não pode perder nem uma grande empresa com mais de uma década de experiência como a PBIO, nem os mais de 100 empregados admitidos em concurso público realizado em 2010.

MARGEM EQUATORIAL

Como parte interessada (stakeholder), defendemos participação ativa das organizações da categoria nos debates e decisões sobre a campanha exploratória, além dos representantes das comunidades tradicionais, povos originários e entidades ambientais. Isto inclui as contribuições apresentadas pelo Sindipetro PA/AM/MA/AP e da FNP na Audiência Pública Extraordinária da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) da Câmara dos Deputados ocorrida em 23/11/2022, destacando:

- Geração de empregos na região, com adoção de conteúdo e mão de obra local e regional
- Garantia da representatividade sindical dos trabalhadores das empresas contratadas para o projeto (Ocyan, etc.)
- Que todas as operações sejam realizadas diretamente pela Petrobras, com a construção de plataformas e navios sondas próprios.
- Petrobrás deve garantir investimentos em estudos ambientais e sobre impactos aos povos originários e a biodiversidade marinha da Foz do Amazonas, bem como programas de proteção ambiental na região, em parceria com as universidades públicas e movimentos sociais
- Apoio às reivindicações das comunidades tradicionais, conforme Recomendação Conjunta 17/2022 dos Ministérios Públicos do AP e PA e artigo 6º da Convenção no 169 da OIT,: “realização de consulta prévia, livre, informada e com boa-fé aos povos indígenas e comunidades tradicionais interessados, devendo ser estritamente observados, inclusive, os respectivos Protocolos de Consulta e Consentimento elaborados pelas próprias comunidades impactadas”
- Acesso aos estudos e levantamentos ambientais feito por órgãos do governo federal e da Petrobrás para subsidiar os Sindicatos

Refinaria Premium I – Maranhão - Retomada das obras da refinaria de Bacabeira (MA), paralisada em 2015, para proporcionar a autossuficiência nacional em refino e impulsionar o desenvolvimento regional do Maranhão. O estado tem ainda localização estratégica e estrutura portuária adequada para atendimento a mercados consumidores externos.

Reestatização das usinas termelétricas de Manaus (AM) - Reestatização das usinas termelétricas Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui em Manaus (AM) vendidas para o grupo estadunidense Ceiba Energy por R\$ 304 milhões

Privatização do Polo Urucu (AM) - Frustrada a negociação com a Eneva SA há um ano, reivindicamos o compromisso formal de que a declaração de que a empresa “avaliará as melhores alternativas para essas concessões” (28/01/2022) não tenha qualquer vínculo com política de desinvestimento neste ativo, no



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

âmbito do procedimento especial de cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, previsto no Decreto 9.355/2018.

TBG

A TBG foi criada no contexto de um esforço diplomático junto à Bolívia e está relacionada à integração energética latino-americana. Uma integração nesse campo é importante não "apenas" para os países envolvidos, mas também pra Petrobras, na medida em que ajuda a abrir portas pra atividades conjuntas. Ainda que o Pré-Sal tire a dependência do Brasil do gás boliviano, trata-se de um importante complemento.

Além disso, a TSB, parte da TBG, faz parte da logística de integração energética do Cone Sul. Em ambos os casos, são gasodutos sem concorrência direta, cuja privatização, ainda que em menor grau, traria problemas semelhantes aos trazidos pela privatização da NTS.

O Cade tem agido numa lógica privatista, em vez de realmente ser um órgão anti-truste. E mesmo na Lei do Gás há brecha para que a Petrobras não se desfaça da TBG.

É uma empresa lucrativa, que contribui para o Sistema Petrobras, tanto em termos financeiros quanto em termos de imagem.

Sua privatização representaria desemprego, tendo em vista que todo o histórico de privatizações, tanto no Brasil como no mundo, incluindo exemplos atuais no Sistema Petrobras, notadamente o da BR, evidenciam que elas são precedidas e, sobretudo, acarretam uma brutal diminuição dos quadros.

Reversão das vendas com o retorno da Petrobrás para setores estratégicos na geração de empregos e desenvolvimento regional e nacional:

- Revogar a venda do Polo Alagoas, 7 concessões. Venda fraudulenta e que impactou a economia e desenvolvimento regional. A União através do Conselho Nacional do Petróleo investe recursos públicos em Alagoas desde 1940 com as primeiras campanhas geofísicas no Estado.
- Revogar venda do Polo Sergipe. Venda de 10 campos mais o campo Carmópolis que é um campo gigante e produz desde 1963. Venderam junto com o Tecarmo e o oleoduto Bonsucesso.
- Revogar as vendas de campos terrestres na BA, RN e norte capixaba.
- Cancelar os processos de vendas dos Polos potiguar e Bahia que estão em andamento.
- Campos em águas rasas em todo país, participações em águas profundas e ultraprofundas, SIX, Lubnor, BR Distribuidora;

Rede de fibra ótica - ativo estratégico num mundo 5G, transição energética e 4a revolução industrial;
Plantas de metanol na Bahia - estratégico para setor petroquímico; **FAFEN Três Lagoas MS**; **Participações na termoeletrica UEG (PR)**; **Direitos Minerários de potássio na Amazônia**; (potássio é matéria prima pra fertilizantes - altamente estratégico por ser no interior da Amazônia e pela segurança alimentar do país);



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

Ativos na margem equatorial no RN; nova fronteira exploratória que permitirá a Petrobrás ser indutora da transição energética no Brasil;

BAHIA

A AEPET-BA, através da FNP, aproveita essa oportunidade para reafirmar a incondicional defesa da retomada do patrimônio do povo brasileiro vandalizado pelo bolsonarismo e pedir que inclua na pauta a retomada da RLAM, da FAFEN-BA e dos Campos Terrestres da Bahia, sem prejuízo de novos investimentos para a reconstrução da Petrobrás no Brasil e na Bahia, berço dessa indústria e um dos estados mais prejudicados com a privatização fatiada da Petrobrás.

Outrossim, que intercedam por uma solução imediata para os empregados baianos, em particular do Conjunto Pituba e da RLAM, que desde 2019 vivem em permanente assédio moral, inclusive denunciado pelo MPT-BA, muitos trabalhadores em estado de adoecimento emocional em razão de uma gestão perversa.

Por fim, reitero ao presidente o retorno imediato de todos os empregados para o Conjunto Pituba, a revisão de todas as transferências dos empregados do Conjunto Pituba e da RLAM facultando a todos permanecerem na Bahia, ainda que já transferidos, a revisão das questões de excepcionalidades para elaborar programa de acompanhamento dos empregados adoecidos e enquadramento de todos que não tiveram seus direitos reconhecidos pela gestão bolsonarista à excepcionalidade.

CENPES

Como ponto importante para o desenvolvimento tecnológico do país: O necessário desalinhamento da gestão do Cenpes substituindo por um direcionamento que privilegie as universidades, institutos e empresas nacionais. É necessário ampliar a articulação com a Universidade Petrobrás, que precisa ser retomada com programas de formação de mão de obra para o país. Nesse intuito, ampliar a atuação do Cenpes nas unidades regionais. Criação de um GT para discutir o papel do Cenpes na Sociedade Brasileira;

Retomada da Universidade Petrobras – Discussão a ser feita em conjunto com o GT do Cenpes;

AMS

Atendimento AMS / Petros presencial – Aposentados (as), pensionistas e trabalhadores(as) da ativa região demandam urgentemente o retorno do atendimento presencial para tratar de questões da AMS e Petros, em postos avançados dos Serviços Compartilhados, para que tenham um acolhimento mais eficiente e humanizado. Desde que o serviço foi extinto, as reclamações são constantes aos Sindicatos pela falta de eficiência e dificuldade de acesso a informações e procedimentos. Ex. Amazônia - Em Belém (PA), Macapá (AP), Manaus (AM) e São Luís (MA).



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

Credenciamento de hospitais - Retorno do credenciamento de hospitais de referência nas bases de nossa representação territorial ex. Amazônia - Belém (PA): Hospital Porto Dias e Hospital e Maternidade Saúde da Criança; São Luís (MA): Hospital São Domingos;

Rede credenciada - Cadastramento de mais profissionais

RETOMADA DO PROJETO MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA PETROBRÁS EM PARCERIA COM AS ENTIDADES SINDICAIS

Defendemos que este projeto, que teve seu conteúdo (memoria.petrobras.com.br) sumariamente retirado do ar em 2016, no início do governo Temer, seja retomado o quanto antes. Tanto por representar uma guinada na medida autoritária que foi sonegar à sociedade os resultados de um projeto bem-sucedido, quanto pela necessidade de aprofundar a preservação e conservação do acervo histórico, documental e de memória das entidades sindicais, cuja política de preservação tem em algumas instituições boas práticas que podem ser replicadas para as demais.

Afinal de contas, estamos tratando também de parte fundamental da história da própria Petrobras, que, ao completar 70 anos em 2023, reforçaria sua homenagem às organizações de seus trabalhadores que, em especial neste passado recente, tanto lutaram pela preservação de seu caráter estatal e em defesa de uma política energética a serviço da maioria do povo brasileiro.

RETORNO DOS INVESTIMENTOS EM CULTURA

Quanto mais a privatização avança na Petrobrás, mais a empresa abandona o investimento em iniciativas de fomento à cultura nacional. Enquanto isso, os acionistas fazem uma verdadeira farra com os lucros recordistas da estatal.

Para a maior empresa brasileira, investir em cultura não se trata de pura filantropia ou caridade. A Petrobrás explora recursos naturais não renováveis em nosso território e, como forma de compensação pelos danos irreversíveis que essa atividade causa, a companhia deve garantir o retorno social. Aí entram os royalties e as compensações sociais.

Os investimentos em cultura sofreram uma queda brusca nos últimos anos. Em 2006, por exemplo, a Petrobrás investiu R\$ 289 milhões nessa área e lucrou R\$ 25 bilhões. Já em 2021, o investimento foi de R\$ 37 milhões, sete vezes menor do que em 2006, mas a empresa lucrou R\$ 106 bilhões, quatro vezes mais.

Nesta semana a nova ministra da cultura, Margareth Menezes, anunciou um edital em parceria com o Banco do Brasil de R\$ 150 milhões para o setor. Mas a retomada cultural que o Brasil precisa passa também pela Petrobrás. É necessário que a estatal resgate seu caráter de responsabilidade social, marca registrada desses 70 anos que a empresa completará em 2023.

ACT E RELAÇÕES SINDICAIS



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

- Transparência: as reuniões devem ser transmitidas à categoria para ampliar a participação no processo negocial e valorizar o espaço negocial, todas reuniões devem ter ata;
- Fim de qualquer restrição aos dirigentes sindicais às unidades e pleno acesso à tratativas junto às gerências e RH locais, sem centralização feita hoje pelo RH corporativo;
- Incentivo à sindicalização e participação em assembleias com canal de comunicação aberto com o sindicato que deixará de ser bloqueado nos meios de comunicação da empresa;
- Retorno dos escaninhos nos prédios para disponibilização de material sindical hoje impedido pela gestão;
- GT para discutir e organizar os acessos ao sindicato aos seus sindicalizados, por exemplo, com a participação dos sindicatos em processos de apuração de falta grave que possam gerar demissão aos sindicalizados e os pontos já mencionados;
- Fim da compensação forçada de horas;
- Relação de custeio em 80x20 para aposentados, aposentadas e pensionistas como forma de reparação da política de sufocamento financeiro feita nos últimos anos;
- Fim da homologação virtual;
- Eleição direta para gestores (incluindo Diretoria e Presidente).

ANEXO 2 – PROPOSTA DE CLÁUSULA SOBRE TELETRABALHO JÁ APRESENTADA PELA FNP

Cláusula 98. Teletrabalho

Acordam as partes que o regimento teletrabalho será parte integrante do presente acordo.

Parágrafo 1º - A companhia manterá uma comissão nacional paritária, composta por representantes da companhia e das entidades sindicais, com o objetivo de discutir especificamente os termos referentes à saúde e segurança para os empregados em condições de teletrabalho, tais como, ergonomia, acidente de trabalho, excesso de jornada, saúde mental e demais temas.

Parágrafo 2º - Os empregados que optarem pelo teletrabalho farão jus a um apoio financeiro no momento da adesão em uma parcela para adequação da residência e um apoio mensal com o objetivo de subsidiar gastos com energia elétrica, rede de dados, manutenção de equipamentos, etc e serão acordados com as entidades sindicais anualmente em comissão paritária.

Parágrafo 3º - A Companhia se compromete a garantir o fornecimento de notebook para todos os empregados que optarem pelo regime de teletrabalho.

Parágrafo 4º - A Companhia garantirá o pagamento de horas extraordinárias no regime de teletrabalho.



Federação Nacional dos Petroleiros

Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos-SP

CNPJ nº 13.562.370/0001-64

Parágrafo 5º - A Companhia garantirá que os aplicativos corporativos, quando instalados em dispositivos pessoais dos empregados, funcionarão somente dentro do horário administrativo, ficando vedado seu uso após este horário.

Parágrafo 6º - A Companhia veda em qualquer condição a utilização de aplicativos não corporativos para troca de mensagens corporativas.

Parágrafo 7º - A Companhia garante que o empregado será avisado com antecedência de 48 horas caso precise trabalhar em um dia originalmente planejado para teletrabalho

Parágrafo 8º - A Companhia garante que o regime misto terá restrição de dias presenciais por mês, ou seja, o trabalhador optará pelo total de dias presenciais no mês quando optar pela adesão ao teletrabalho, sem restrição específica por semana na negociação da escala com seu gestor

Parágrafo 9º - A Companhia realizará anualmente uma capacitação junto aos gestores para conscientização das mudanças na gestão dos trabalhadores decorrente do teletrabalho.

I - Esta capacitação dos gestores terá o programa definido pela comissão paritária.

Parágrafo 10º - A Companhia se compromete a não excluir os acidentes de trabalho ocorridos na residência do empregado.

Parágrafo 11º - A Companhia irá realizar acompanhamento específico para os empregados em teletrabalho para identificar problemas de postura relativos a ergonomia, bem como, doenças psicológicas, tais como, burnout, depressão entre outros.

I - A Companhia realizará um programa de avaliação de riscos do ambiente laboral dos empregados em teletrabalho, fornecendo um sistema para registro de desvios, que deverá ser avaliado pela equipe de SMS da empresa.

II - A Companhia elaborará uma cartilha a ser entregue aos empregados que aderirem ao teletrabalho, abordando entre outros a forma para registrar e avaliar acidentes de trabalho ocorridos na residência e como identificar sinais iniciais de burnout e outras doenças psicológicas pertinentes e como registrar demandas ao SMS.

Parágrafo 12º - A Companhia garantirá para os empregados que sejam PCD (pessoas com deficiência) ou tenham dependentes que sejam PCD a opção de teletrabalho integral.

Adaedson Bezerra Costa/Eduardo Henrique Soares da Costa
Secretaria Geral – Federação Nacional dos Petroleiros